

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### **REQUERIMENTO Nº       ,DE 2006** (do Sr. Paulo Feijó)

Solicita seja convocado o Sr. Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

### **JUSTIFICATIVA**

É de fundamental importância que as autoridades do Governo Federal esclareçam as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

A Petrobras explora 98% da capacidade de refino da Bolívia. Em média, 40 mil barris de petróleo e líquido de gás natural por dia em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. Atende a 100% da demanda de gasolina na Bolívia e a 70% do óleo diesel consumido naquele país.

Nos últimos 10 anos, a Petrobras investiu cerca de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia. 20% do PIB boliviano vem dos tributos pagos pela Petrobras. O Brasil importa da Bolívia, por dia, 24 milhões de metros cúbicos de gás natural – equivalentes a cerca de metade do gás natural consumido aqui e 75% em São Paulo.

No dia 1º de maio de 2006, segundo nota da agência oficial oficial de

notícias do governo da Bolívia: “O Presidente da Bolívia, Evo Morales Ayma, mediante Decreto nº 28701, nacionalizou o conjunto de recursos hidrocarbonetos do país e ordenou que as Forças Armadas ocupassem todos os campos petrolíferos com batalhões de engenheiros. Morales explicou que os bolivianos voltam a assumir a propriedade desse recurso natural, o que constituirá, junto a outras ações, no pilar central do desenvolvimento da Bolívia e de seu povo e, conseqüentemente, da libertação de um país com os mais altos níveis de marginalidade e desigualdade na distribuição de sua riqueza...”

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), dizia acreditar que Brasil e Bolívia vão chegar a um acordo. O presidente Evo sempre tratou a Petrobras de forma diferenciada de outras empresas, afirmou, para quem "a competência" da diplomacia brasileira e "a boa relação entre os dois países" também vão colaborar para que se chegue "a bom termo para a solução dessa reivindicação do governo boliviano". (fonte: Agência Estado)

O governo espanhol do socialista José Luiz Zapatero manifestou sua "mais profunda preocupação". A União Européia também.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 2006.

**Dep. Paulo Feijó**  
PSDB/RJ